



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 097/2013

Contrato para fornecimento e instalação de divisórias em gesso acartonado para o Edifício Anexo II do TRESA, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 109 do Pregão n. 145/2013, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Daniel Coutinho Aguiar EPP, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, a empresa DANIEL COUTINHO AGUIAR EPP, estabelecida na Rua Oswaldo Martins, n. 141, apto 22, bloco A, Jardim Refugio, Sorocaba/SP, CEP 18045-490, telefone (15) 3032-0108, e-mail [grupodca@grupodca.net.br](mailto:grupodca@grupodca.net.br), inscrita no CNPJ sob o n. 14.634.377/0001-07, doravante denominada Contratada, neste ato representada pelo seu Diretor, Senhor Daniel Coutinho Aguiar, inscrito no CPF sob o n. 273.181.818-23, residente e domiciliado em Sorocaba/SP, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento e instalação de divisórias em gesso acartonado para o Edifício Anexo II do TRESA, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e com o Pregão n. 145/2013, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento e instalação de divisórias em gesso acartonado para o Edifício Anexo II do TRESA.

#### 1.1.1. DIVISÓRIAS COMPLETAS EM GESSO ACARTONADO:

a) DIVISÓRIAS EM GESSO ACARTONADO (Espessura parede = 95 mm):

estrutura de perfis de aço zincado e chapas de gesso em ambas as faces; pé direito variável (conforme Projeto de Divisórias); espessura de 95 mm (noventa e cinco milímetros); tipo de chapa ST – *Standard* para paredes de uso geral; isolamento acústico com lã de rocha no miolo, densidade mínima igual a 32 kg/m<sup>3</sup> (trinta e dois quilos por metro cúbico) e espessura igual a 5 cm (cinco centímetros); acabamento liso, pintada em branco neve, fosco.

QUANTIDADE: 127,50 m<sup>2</sup> (cento e vinte e sete vírgula cinquenta metros quadrados).

b) DIVISÓRIAS EM GESSO ACARTONADO (Espessura parede = 73 mm): estrutura de perfis de aço zincado e chapas de gesso em ambas as faces; pé direito variável (conforme Projeto de Divisórias); espessura de 73 mm (setenta e três milímetros); largura dos montantes igual a 48 mm (quarenta e oito milímetros); espaçamento máximo entre montantes simples igual a 60 cm (sessenta centímetros); tipo de chapa ST – *Standard* para paredes de uso geral de 12,5 mm de espessura; acabamento liso, pintada em branco neve, fosco.

QUANTIDADE: 25,50 m<sup>2</sup> (vinte e cinco vírgula cinquenta metros quadrados).

c) DIVISÓRIAS EM GESSO ACARTONADO (Espessura parede = 150 mm / 95 mm): estrutura de perfis de aço zincado e chapas de gesso em ambas as faces; pé direito de 2,73 m (dois vírgula setenta e três metros); espessura de 150 mm (cento e cinquenta milímetros) na parte mais larga e de 95 mm (noventa e cinco milímetros) no local onde encaixa a porta de correr; largura dos montantes igual a 70 cm (setenta centímetros); tipo de chapa ST – *Standard* para paredes de uso geral; isolamento acústico com lã de rocha no miolo, densidade mínima igual a 32 kg/m<sup>3</sup> (trinta e dois quilos por metro cúbico) e espessura igual a 5 cm (cinco centímetros); acabamento liso, pintada em branco neve, fosco. A parede de gesso acartonado (face que dá para o Consultório Odontológico 1) NÃO DEVE receber as demãos de tinta, apenas duas demãos de massa acrílica.

QUANTIDADE: 7,05 m<sup>2</sup> (sete vírgula zero cinco metros quadrados).

d) PORTA COMPLETA DE MADEIRA PARA GESSO ACARTONADO (ABRIR): porta de madeira semioca, com acabamento em lâmina de madeira pintada com esmalte sintético acetinado na cor branca. Dimensões das forras (marco) compatíveis com a espessura das paredes de gesso acartonado. Dimensões do vão livre de passagem: 0,80 x 2,10 metros e 0,90 x 2,10 metros (conforme Projeto de Divisórias). O batente da porta deve possuir friso, que permita o encaixe de filete de borracha para vedação, na cor branca. Ferragens, dobradiças e maçaneta das portas: dobradiças e ferragens em latão, maçaneta e fechadura interna em latão. As portas devem ser instaladas de forma que, entre a parede e o contramarco, não haja frestas que permitam a passagem de som. Todas as frestas devem ser preenchidas com espuma de poliuretano.

Fechadura: marca LA FONTE, modelo 515 CRA Linha Classic Basic.

Maçaneta: marca LA FONTE, modelo 515 CRA Linha Classic Basic.

QUANTIDADE: 7 unidades de 80 x 210 cm e 2 unidades de 90 x 210 cm.

e) PORTA COMPLETA DE MADEIRA PARA GESSO ACARTONADO (CORRER): porta de madeira semioca, com acabamento em lâmina de madeira pintada com esmalte sintético acetinado na cor branca. Dimensões das forras (marco) compatíveis com a espessura das paredes de gesso acartonado. Dimensões do

vão livre de passagem: 0,80 x 2,10 metros (adequada à passagem de PNE). Ferragens para porta de correr e fechadura tipo bico de papagaio, em latão, uso externo. Puxador tubular em alumínio duplo (tipo H), acabamento em alumínio escovado envernizado, tamanho 400 mm, com distância entre furos igual a 30 mm.

Fechadura: marca IMAB, modelo FA1067.

Puxador: marca ISERO FERRAGENS, modelo 44-14.

QUANTIDADE: 1 unidade de 90 x 210 cm.

1.1.1.1. A regularização das paredes em gesso acartonado deve ser feita com massa corrida e fundo preparador para gesso em toda a sua superfície. Os painéis devem ter perfeita junção com o piso e teto e, ainda, entre si, conforme recomendações do fabricante, de modo a prevenir a ocorrência de fissuras.

1.1.1.2. A parede de gesso acartonado (face que dá para o Consultório Odontológico 1) NÃO DEVE receber as demãos de tinta, apenas duas demãos de massa acrílica.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O fornecimento do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 145/2013, de 14/11/2013, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 14/11/2013, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelos produtos e serviços objeto deste Contrato:

2.1.1. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.1, o valor total de R\$ 21.835,00 (vinte e um mil, oitocentos e trinta e cinco reais).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de entrega e instalação do objeto descrito na Cláusula Primeira é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura - SEA/CIS.

3.2. O presente Contrato terá vigência da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO**

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

## CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.**

5.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar igual ou acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

5.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total ficar abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total for igual ou superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.5. Deverá a empresa apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Declaração de Optante pelo Simples, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, caso esse seja o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, sob pena de serem retidos, pelo TRES, os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.6. Se ocorrer **atraso de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:  
I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365dias).  
I = 0,0001644.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo, Subitem 24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO EMPENHO DA DESPESA**

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2013NE002436, em 20/11/2013, no valor de R\$ 21.835 (vinte e um mil, oitocentos e trinta e cinco reais), para a realização da despesa.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 5.1.1.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. executar os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

9.1.2. entregar e instalar o objeto em até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento, pela Contratada, da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura - SEA/CIS;

9.1.2.1. o horário para a execução do objeto deverá ser previamente agendado com a Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA/CIS;

9.1.3. entregar e instalar o objeto no Edifício Anexo II do TRESA, localizado na Rua Esteves Junior, 157, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

9.1.3.1. se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo, em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela

Contratada, da notificação emitida pelo TRESP;

9.1.3.2. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata a subcláusula 9.1.3 não interromperá a multa por atraso prevista no subitem 10.4;

9.1.3.3. em caso de substituição do objeto, conforme previsto na subcláusula 12.1.3, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

9.1.4. prestar garantia para a pintura das divisórias (contra empolamento, descascamento ou alteração de cor) pelo período de 1 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESP;

9.1.5. fornecer todo o material e instalar as divisórias completas em gesso acartonado de acordo com os projetos disponibilizados pelo TRESP, com perfeito acabamento;

9.1.6. visitar o local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto. Observar a quantidade de recortes necessários junto ao teto devido a rebaixos no forro de gesso existente;

9.1.7. empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;

9.1.8. fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

9.1.9. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando, para a remoção dos resíduos (entulho), o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental;

9.1.10. manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18;

9.1.11. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

9.1.12. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;

9.1.13. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

9.1.14. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 145/2013.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar documento exigido para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais:

- a) impedido de licitar e contratar com a União; e
- b) descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes.

10.3. Para os casos não previstos no subitem 10.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 10.2 e na alínea “e” do subitem 10.3 são de competência do Presidente do TRESA.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.5. Relativamente ao subitem 10.4, o atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

10.6. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 10.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a

partir da data da intimação.

10.6.1. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.7. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea "e" do subitem 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. Os serviços serão acompanhados pelo Assistente e/ou pelo Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura.

11.2. A Fiscalização terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação; e
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada do local da execução dos serviços.

11.3 A existência desse acompanhamento não exime à Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da instalação.

11.4. Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEA/CIS, pelo telefone (48) 3251-7464.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

12.1. O recebimento provisório ocorrerá quando os serviços contratados ficarem inteiramente concluídos.

12.2. A empresa terá 15 (quinze) dias para corrigir incorreções que forem constatadas pela Fiscalização.

12.3. O recebimento definitivo será dado, se, e somente se, tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas nos serviços executados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

13.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

13.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" da subcláusula 10.3, sem prejuízo da possibilidade de



aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" da subcláusula 10.3.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 25 de novembro de 2013.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

DANIEL COUTINHO AGUIAR  
DIRETOR

TESTEMUNHAS:

JOSÉ LUIZ SOBIERAJSKI JÚNIOR  
COORDENADOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE SUBSTITUTO

VALÉRIA LUZ LOSSO FISCHER  
COORDENADORA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS